

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA** **“Caminando en una América Latina en transformación”**

### ***Conflictos Ambientais Urbanos em Belém/Pa***

**João Afonso Miranda Dias (UFPA/NAEA)<sup>1</sup>**

Geógrafo Graduado/Licenciado/UFPA  
Especialista Internacional em Áreas Amazônicas/NAEA  
[jafonsodias@yahoo.com.br](mailto:jafonsodias@yahoo.com.br)

#### **Resumo**

No âmbito das atuais políticas públicas urbanas ambientais implementadas pelo Estado na cidade de Belém presencia-se uma forte duplicidade. O pensamento hegemônico por meio de uma lógica (formal) procurando dissimular a crescente fragmentação sócio-espacial busca como ponto de legitimidade a temática ambiental unificadora e aglutinadora tendo em vista formar um pretense consenso universalista da cidade. Isso ocasiona a construção de uma imagem da cidade que é tanto teórica quanto prática, figura, ao mesmo tempo, tanto no discurso quanto nas condições materiais de reprodução das relações sociais dentro do mundo capitalista de produção. Nesse sentido, o presente artigo busca abordar alguns casos, mais precisamente três casos recentes da construção e reconstrução simbólica e prática da cidade de Belém. Fato esse que vêm ocasionando inúmeros conflitos por justiça ambiental urbano e pelo direito a cidadania das classes mais desfavorecidas nesses tempos de competição e flexibilidade econômica.

**Palavras-chave:** sustentabilidade, conflitos sociais e cidadania

---

<sup>1</sup> Geógrafo bacharelado e licenciado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Especialista em Planejamento e Gestão Internacional de Áreas Amazônicas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicas (NAEA/FIPAM).

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA** **“Caminando en una América Latina en transformación”**

### ***1 INTRODUÇÃO***

O contexto atual das políticas urbanas formentadas pelo Estado dentro do município de Belém observa-se um duplo movimento, que acaba por corresponder a uma dominação dentro do processo de produção do espaço urbano da cidade. Nisso, a importância da construção de uma imagem sustentável da cidade de Belém que é tanto prática como retórica ganha importância de análise e, ao mesmo tempo, revela uma contradição específica e fundamental dessa sociedade na qual consiste em promover a expulsão, para as periferias urbanas, mentais, sociais, de grupos inteiros, e a integração, que permanece simbólica, abstrata e “cultural”.

Nesse sentido, o pensamento hegemônico procurando dissimular a crescente fragmentação sócio-espacial busca como ponto de legitimidade a temática ambiental unificadora e aglutinadora tendo em vista formar um pretense consenso universalista da cidade. Sem, contudo, conseguir uma pretensa hegemonia aos ambientes urbanos acabam por serem alvos de intensas lutas em busca da garantia de ambientes apropriados socialmente.

A partir disso, objetivo do trabalho reside em reconhecer como as práticas espaciais implementadas por um planejamento urbanístico do espaço que acaba por influir, por meio da coerção (uma prática) e pelo convencimento (uma retórica que figura no discurso), nas multiplicidades de práticas humanas cotidianas da pluralidade de ritmos que na cidade de Belém coexiste. Nesse sentido, faz-se necessário analisar os conflitos ambientais urbanos implementados por um planejamento racional da cidade de Belém, nos últimos anos, tendo como área de estudo os espaços onde estão os conflitos aqui analisados. Com o intuito de alcançar com sucesso tal objetivo discutira aqui dentro do primeiro tópico desse artigo a base teórico-conceitual. O segundo capítulo será dedicado a discussão dos dados e da realidade empírica aqui enfocada a partir de três casos de maior relevância nos últimos anos: a construção do HANGAR – Centro de Convenções da Amazônia; o processo de retificação das calçadas em uma das principais ruas do centro comercial da cidade, a Avenida Presidente Vargas; e, por fim, o exemplo de privatização do espaço público da cidade por meio de estratégias que visam afastar e coagir a natureza dos ambientes múltiplos na praça de Batista Campos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos o presente trabalho conseguiu alcançar seus objetivos e resultados através do levantamento e revisão das bibliografias que discutem o tema, com o intuito de dar uma base teórica sólida a pesquisa. Em seguida, passamos a pesquisa e ao levantamento documental, em jornais, revistas, sites e documentos oficiais da prefeitura e do governo do estado sobre o histórico do bairro e dos diversos projetos de revitalização implementados pelas diversas prefeituras nas áreas hoje em permanente conflito socioambiental. O terceiro passo da pesquisa foi a realização da observação sistemática na área de estudo, com o intuito de melhor entender o movimento da realidade presente em Belém/Pa.

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA** **“Caminando en una América Latina en transformación”**

### ***2 SUSTENTABILIDADE EM AMBIENTAIS URBANOS: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA***

As cidades no período atual de acumulação adquiriram um papel de centralidade no processo de reprodução das relações capitalista de produção. Pode-se dizer que o espaço urbano da cidade capitalista é, simultaneamente, produto dos inúmeros agentes sociais que ao produzirem o espaço urbano a consomem, mas também é, simultaneamente, condição de reprodução das relações sociais e meio indispensável para que essas relações sociais de reprodução da sociedade aconteçam. Nesse sentido, o impacto que os efeitos da reestruturação produtiva e da flexibilização da acumulação ocasionam no espaço intra-urbano é uma diversidade de diferentes discursos sobre a sustentabilidade do meio ambiente urbano.

Segundo Acsehrad, os conflitos ambientais urbanos que se desenvolvem em torno da noção de sustentabilidade tem sido marcado por um duplo movimento dentro da realidade presente. Nesse sentido, a busca por uma maior e melhor sustentabilidade<sup>2</sup> urbana estaria fortemente ligada a idéia de cidades sustentáveis competitivas. Dentro das políticas urbanas implementadas pelo governo do estado do Pará e pela prefeitura municipal atualmente observa-se, de um lado, uma efetiva e repressora intervenção no espaço urbano da cidade, com o intuito de melhor ordenar e equipar a *urbe* para investimentos do capital produtivo, comercial e turístico, por outro lado, investe-se fortemente em um discurso homogeneizante, que busca se hegemonizar por meio de uma base ambiental que lhe dê legitimidade. Tendo em vista os objetivos desse trabalho apresentar-se-á aqui alguns, no máximo três, exemplos recentes de conflitos ambientais urbanos presentes em Belém e que

---

<sup>2</sup> Segundo Acsehrad: “O debate sobre sustentabilidade está marcado por uma diversidade muito grande de perspectivas de abordagem. Tal como aparece, em meio a uma questão ambiental construída progressivamente ao longo dos últimos trinta anos, a noção de sustentabilidade é uma inovação discursiva, certamente emprestada às ciências biológicas. Estas últimas, por sua vez, já a haviam formulado sob uma concepção fortemente economicista dos sistemas vivos, ou seja, à luz de uma analogia entre os processos biológicos e aqueles de determinadas economias, mais especificamente de economias produtoras de excedentes. Nesta perspectiva, a noção de “sustentabilidade” da Biologia pensou os sistemas vivos como compostos de um “capital/estoque” a reproduzir e de um “excedente/fluxo” de biomassa, passível de ser apropriado para fins úteis sem comprometer a massa de “capital” originário. Podemos observar toda uma trajetória desse conceito de uma para outra disciplina científica até o mesmo aparecer no final do século XX como uma noção relativamente corrente no debate público. Neste âmbito, tratar-se-á de uma construção discursiva que colocará em pauta os princípios éticos, políticos, utilitários e outros, que orientam a reprodução da base material da sociedade. Ao fazê-lo, essa noção, nos seus múltiplos conteúdos em discussão, pressupõe um processo de redistribuição de legitimidade entre as práticas de disposição da base material das sociedades. Em função do tipo de definição que prevaleça e se estabeleça como hegemônica, as práticas sociais serão divididas em mais ou menos sustentáveis, entre sustentáveis e insustentáveis; portanto, serão legitimadas ou deslegitimadas, retirando-se e atribuindo-se respectivamente legitimidade a essas diferentes formas de apropriação” (ASCELRAD, 2004, p. 26).

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**

### **“Caminando en una América Latina en transformación”**

figuram também em uma agressão as classes sociais menos favorecidas dessa cidade periférica ao capital.

Enquanto possibilidade de representação social o meio ambiente passa a ser um foco unificador e aglutinador dentro dos discursos hegemônico do planejamento urbano racional da cidade. Esse planejamento urbano procura a todo custo ambientalizar as políticas públicas urbanas resignificando o espaço socialmente construído com signos de acessibilidade, conforto e controle por meio dos aparatos de vigilância. Uma vez que o espaço construído, ordenado e transformado – com a destruição de becos estreitos, ruas tortuosas e a construção de largas avenidas e viadutos – suscitam sensações, percepções, e a elaboração de percepções para aqueles que vivenciam esse processo de destruição e construção de uma metrópole periférica do capitalismo (PENSAVENTO, 1995). Dessa forma, as inúmeras obras implementadas pelo Estado moldam, por meio de uma projeção imagética, o imaginário social da cidade-metrópole. Que pode ou não corresponder com a realidade concreta vivenciada pela maior parte da população.

Na tentativa de analisar a noção de sustentabilidade em ambientes urbanos, Acselrad identifica que, dentro do discurso hegemônico de sustentabilidade urbana, há uma grande quantidade de perspectivas de discussão e abordagem. No entanto, essa diversidade no discurso urbano de sustentabilidade – tendo em vista que, a cidade, por sua centralidade no processo de acumulação como efeitos de uma reestruturação produtiva flexível, passa a ser alvo de diferentes discursos e perspectivas sobre o tempo de duração de sua base material de reprodução social – acaba por refletir uma duplicidade genética.

Essa dupla dimensão do discurso hegemônico seria, por um lado, uma dimensão prática a qual trataria das mudanças concretas desejáveis na forma de apropriação e gestão material da cidade. Por outro lado, uma dimensão retórica que considera a cidade sustentável por meio da variável ambiental que lhe conferiria uma legitimidade ampliada. Permitindo, assim, a implementação de políticas urbanas que visam a eficiência, competitividade e a rentabilidade para a acumulação de capital. Implementando um meio ambiente dos negócios.

Nesse sentido, esse discurso hegemônico de sustentabilidade efetiva a implementação, na base material de reprodução das relações sociais, um pretense ambiente único, via planejamento racional do Estado, impedindo, com isso, que se considere o conteúdo sociocultural dos ambientes múltiplos que coexistem na cidade. Ambientes múltiplos esses que permitem a reprodução das distintas práticas espaciais<sup>3</sup>, a partir da

---

<sup>3</sup> Segundo Harvey, dentro de uma perspectiva lefebvriana, há a necessidade de se observar três níveis importantes na análise existente entre as práticas espaciais e temporais, que são: a) as práticas espaciais “[...] referem-se aos fluxos, transferência e interações físicos e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço de maneira a garantir a produção e a reprodução social; b) as representações do espaço compreendem todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre as práticas materiais e compreendê-las, pouco importa se em termos do senso comum cotidiano ou do jargão por vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (a engenharia, a arquitetura, a geografia, o planejamento, a ecologia social etc.); c) os espaços de representação são invenções mentais (códigos, signos, ‘discursos espaciais’, planos utópicos, paisagens imaginárias e até construções materiais como espaços

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA** **“Caminando en una América Latina en transformación”**

manutenção das condições materiais de reprodução social. Assim, entende-se aqui recursos ambientais nos moldes de Acselrad (2007).

Entendemos, aqui, por “recursos ambientais” aqueles através dos quais transmitem-se os impactos recíprocos das distintas práticas espaciais, sem a mediação do mercado e por ‘condições materiais de reprodução social’, a forma histórica de duração social das coisas necessárias à manutenção, no tempo, das práticas espaciais pertinentes às diferentes identidades socioculturais dos grupos humanos (ACSELRAD, 2007, p. 1).

Em Belém, observa-se, nos últimos anos, que a administração pública veio sistematicamente a privilegiar pontos isolados do território urbano da cidade em detrimento das necessidades existentes nas grandes áreas periféricas urbanas e distantes do centro urbano de Belém. Essa concentração dos investimentos se materializa na paisagem da cidade por meio de grandes obras faraônicas, tais como Estação das Docas, Hangar Centro de Convenções da Amazônia, Núcleo Feliz Lusitânia, Igreja Santo Alexandre, etc. que, ao embelezarem o centro histórico e comercial da cidade, servindo de símbolos de uma modernização da cidade, acabam também por proporcionar uma maior atração de investimentos, geralmente de base, comercial, turística e hoteleira, com uma maior acumulação de capital.

Esses investimentos no espaço urbano da cidade de Belém viriam atrair uma gama de serviços e equipamentos urbanos essenciais para a dignidade da população, serviços e bens urbanos esses que figuram nos itens primordiais de lutas e conflitos sociais dentro do espaço da cidade. Serviços esses como saneamento básico, água potável tratada, luz elétrica, pavimentação asfáltica, postos de saúde municipais, postos de trabalho para a população local, escolas, praças públicas de lazer e outros tipos de equipamentos culturais.

Isso tudo, quando concentrado em determinadas áreas da cidade vêm reforçar uma distribuição desigual dos riscos ambientais e uma injustiça ecológica tais como mostra Gould (2004), uma vez que a segregação residencial baseada na classe é resultado normal do funcionamento da economia capitalista, tendo por base a riqueza do estrato social.

A distribuição dos riscos ambientais por classe social é uma consequência normal das economias capitalistas. Os mercados, livres para funcionar sem intervenção estatal, irão normalmente distribuir mercadorias e serviços com base na riqueza. [...] Os benefícios econômicos da produção tendem a se concentrar nas camadas mais altas do sistema de estratificação. Proprietários, gerentes e investidores colhem uma parcela maior dos proveitos econômicos gerados pela produção do que os

---

simbólicos, ambientes particulares construídos, pinturas, museus etc. ) que imaginam novos sentidos ou possibilidades para as práticas espaciais” (HARVEY, 1992, p 201).

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**

### **“Caminando en una América Latina en transformación”**

trabalhadores. Inversamente, os riscos ambientais gerados pela produção de mercadorias e de serviços tende a se concentrar nas camadas inferiores do sistema de estratificação. [...] O que faz com que se possibilite distribuir os riscos ambientais para os trabalhadores e os pobres é a segregação de classes das localizações residenciais. Somente através da segregação da classe trabalhadora e dos pobres em áreas residenciais específicas, longe dos riscos, é que os proprietários, gerentes e investidores podem direcionar a contaminação ambiental para os estratos socioeconômicos mais baixos e longe de si próprios (GOULD, 2004, pp. 70-71).

Reforça-se, com isso, um processo que, segundo Santos (1996 a), definiu como as características de uma urbanização corporativa onde os únicos capazes de utilizar e de controlar o espaço urbano em sua totalidade são as grandes corporações.

As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação “nacional”, indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas são consideradas prioritárias e as aglomerações urbanas são preparadas para realizá-las a contento. As demais tarefas, consideradas menos relevantes, agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas [...] as atividades não-hegemônicas são, em geral, deixados à “espontaneidade” do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações (SANTOS, 1996, p. 108).

Alia-se a isso o que assinala, mais uma vez, Santos (1996 b), ao analisar a natureza geográfica do conceito de cidadania, observa que os mais pobres ficam cada vez mais pobres não apenas pela adoção de um modelo cívico e econômico desigualmente concebido no país, mas também do modelo territorial tantas vezes enfatizado nas grandes metrópoles brasileiras, das quais se incluem o espaço metropolitano da cidade de Belém.

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA** **“Caminando en una América Latina en transformación”**

### ***3 CONFLICTOS AMBIENTALES URBANOS EM BELÉM/PA***

#### **3.1 HANGAR CENTRO DE CONVENÇÕES DA AMAZÔNIA**

Nesse contexto, o governo do estado do Pará nos últimos anos concentrando seus esforços na implantação de uma grande infra-estrutura, aliando eficiência e competitividade, com o objetivo de atração de investimentos de capitais para o estado, e, principalmente, para a capital Belém. Um desses investimentos materializou-se na inauguração do maior centro de convenções da região amazônica, o chamando Hangar Centro de Convenções da Amazônia. Construído em uma antiga área sob tutela federal o antigo galpão acabou por ser um objeto de barganha entre as duas esferas do Estado.

Quando de sua inauguração, dentro de uma estratégia de ordenação territorial, observou-se que para uma melhor efetivação da representação social do espaço pela população havia a necessidade de se alinhar o seu entorno, dando-lhe um reforço a modernidade da cidade de Belém. Concebe-se, assim, uma nova Avenida Duque de Caxias agora revitalizada com a presença de corredores ecológicos e a implantação da primeira avenida da cidade que possui faixa cidadã. Esse reordenamento das vias públicas para melhor fluxo a modernidade, que o Hangar Centro de Convenções trouxe a *urbe* de Belém, também implicou em uma remoção dos antigos trabalhadores da antiga Duque Caxias.

Os mais prejudicados foram os vendedores de comida assada em brasa que, geralmente, possuíam na frente de seus estabelecimentos comerciais uma churrasqueira em brasa, localizados ao longo da avenida Duque de Caxias, que foram obrigados a fechar seus estabelecimentos pela SEMMA – secretaria municipal de meio ambiente – que confiscou suas assadeiras que ficavam constantemente expostas na calçadas da avenida. Essa remoção só foi possível a partir da divulgação maciça nos veículos de comunicação de massa – jornais, revistas, televisão, etc. – de um discurso ambiental no qual o vilão da poluição atmosférica seria a fumaça dos vendedores de churrasco a brasa localizados na antiga avenida Duque de Caxias. Contribuído, desse modo, para o aquecimento global.

O mais curioso que essa operação da SEMMA foi apenas nos estabelecimentos localizados ao longo da avenida Duque de Caxias, não se prolongando para outros bairros como Jurunas, Guamá, Terra Firme, etc. que, por mais que se localizem no centro urbano da cidade, são bairros considerados de baixa renda e que possuem a forte presença dessa atividade comercial. Dessa forma, reafirma-se a busca de uma base ambiental unificadora das classes sociais em conflito na cidade, a qual beneficiaria a todos sem distinção de pessoas ou classes sociais.

#### **3.2 AVENIDA PRESIDENTE VARGAS**

Um outro exemplo de conflito socioambiental vivenciado em Belém foi o que ocorreu no início desse ano de 2008. O cenário desse conflito, mais uma vez, é uma das principais vias públicas de Belém, a avenida Presidente Vargas, pleno centro comercial e financeiro da cidade. O conflito foi desencadeado por uma ação dos Correios que

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**

### **“Caminando en una América Latina en transformación”**

reivindicava a dessa desapropriação da calçada, por parte dos vendedores ambulantes, de sua agência localizada na avenida Presidente Vargas. A partir do momento em que a sua ação contra os ambulantes saiu vencedora coube à administração municipal da cidade de Belém, por meio da sua secretaria municipal de economia, fazer a desapropriação e realocação desses ambulantes em uma outra parte.

No entanto, devido uma determinada interpretação da ação judicial ganha pela agência dos correios a prefeitura de Belém ao estender essa remoção a todos os ambulantes que possuem pontos ao longo da avenida Presidente Vargas ocasionou um verdadeiro clima de guerra urbana. Faz-se necessário dizer também que todos os ambulantes da referida avenida são devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Economia o que lhes garante, de ante mão, sua permanência no local de trabalho.

Segundo Harvey (1982), um fato importante a ser considerado no âmbito da relação entre o trabalho e o ambiente construído é que no capitalismo industrial, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a divisão entre o local de trabalho e o local de reprodução e consumo. A consequência dessa separação dos locais de trabalhar e de viver é o fato de que a lutar do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência e reprodução dividi-se agora em duas lutas independentes. Uma no local de trabalho e a outra no lugar de vivência.

Essa fragmentação dos ambientes do trabalhador possibilita com que os comerciantes mesmo residindo em áreas localizadas nas franjas das grandes metrópoles, em ambientes freqüentemente degradados e cheios de carências, e tendo como locais de trabalho o centro comercial da cidade, tais como ocorre no caso da maioria dos ambulantes que trabalham na avenida Presidente Vargas, travem duras lutas em seus ambientes, o que lhes torna sensivelmente carentes de expectativas de justiça ambientais.

A retórica ambiental do município dessa feita concentrou-se na necessária desobstrução das calçadas para os pedestres e da grande poluição seja visual, seja sonora que a grande concentração de ambulantes na avenida Presidente Vargas proporcionava. Assim que a desapropriação dos ambulantes – que em sua maioria vivem em bairros da periferia distante da cidade, onde não possuem oportunidades de emprego e renda para o sustento das suas famílias, tendo em vista, a grande concentração dos investimentos públicos privilegiarem bairros mais aburguesados e valorizados no processo de produção capitalista do espaço urbano – foi efetivada a prefeitura rapidamente durante à noite destruiu toda a calçada, impedindo uma reapropriação do espaço por parte dos ambulante, com o argumento de que construiria outras com sinalização para deficientes físicos enquanto que os ambulantes foram reordenados para outro espaço, na própria avenida Presidente Vargas, desapropriado pelo município.

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA** **“Caminando en una América Latina en transformación”**

### **3.3 A PRAÇA DE BATISTA CAMPOS**

Um outro caso de conflitos ambientais, que figura no âmbito dos conflitos ambientais, é o presenciado em um dos espaços públicos mais privilegiados da cidade: a praça de Batista Campos. Paradoxalmente, os atores principais desse cenário não é o Estado, por meio da prefeitura municipal de Belém, mas sim AAPBC – Associação dos Amigos da Praça de Batista Campos, em Belém/Pa.

Cabe lembrar que o espaço público da praça de Batista Campos é aqui entendido enquanto ambiente qualificado da cidade de Belém, centro privilegiado de vida urbana e lugar de encontro social, construído e vivido no cotidiano, nas suas relações de proximidade, laços de sociabilidade tecidos em diferentes horários, que a própria esfera pública promove e que possibilitam àqueles que a freqüentam amplas formas de uso e apropriação de acordo com os seus vários e múltiplos anseios, desejos, paixões, etc. – por meio do lúdico, da música, das artes, do falar junto, do tête-à-tête, dos jogos de interpretações, do lazer que pressuponha o uso e a apropriação do corpo, etc – que compõem os múltiplos sentidos da existência humana. É, portanto, um espaço de múltiplos ambientes que divulgam o uso e a construção de uma identidade local, assim como o sentimento de pertencimento, com o lugar. Isso mostra que:

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2001, p. 06).

Acselrad lembra, também, que a sustentabilidade de uma cidade seria um dos atributos indispensáveis de atração de investimentos de capital. A retórica ambiental evidente dessa apropriação, ou melhor dizendo, dessa dominação privada de um espaço público singular, que possui múltiplos territórios e múltiplos ambientes, é da sua maior preservação ambiental do espaço. Contra o “vandalismo” que a praça viria sofrendo ao longo dos anos de esquecimento da administração pública. Na tentativa de preservar privativamente esse espaço com o intuito de transformá-lo mais fortemente em um espaço turístico da cidade onde para se usufruir dele haveria a necessidade de pagar uma taxa de entrada, como é comumente feito em outros bosques da cidade de Belém, tais como o Bosque centenário Rodrigues Alves.

Essa taxação viria ser mais uma barreira para a apropriação do espaço público da praça por parte da multiplicidade de ritmos que na cidade de Belém coexiste, uma vez que a distância dos bairros periféricos para um bairro central, valorizado da cidade de Belém, tal como o bairro de Batista Campos, é uma forte barreira de apropriação das classes sociais mais desfavorecidas da cidade se apropriarem de espaços qualificados e múltiplos por essência, tais como a praça de Batista Campos. Pois que os bairros periféricos não possuem uma infra-estrutura e os equipamentos e serviços necessários para que os inúmeros grupos

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**

### **“Caminando en una América Latina en transformación”**

periféricos possam desfrutar de um ambiente adequado e que propicie um maior sentimento de viver na cidade.

Nisso, fica claro a contradição presente no espaço urbano, onde, de um lado, há presença de um ambiente dos negócios, racionalmente organizado, e, de outro lado, um ambiente degradado, onde os riscos ecológicos são facilmente notados, por um uso do solo localmente indesejado, pontos esses que se caracterizam por uma menor resistência e onde residem os pobres urbanos.

O ambiente, neste sentido, acaba por servir de um aglutinador social e espacial dentro de uma maior fragmentação sócio-espacial da cidade capitalista, uma vez que ao se apropriar privadamente do espaço público o faz em nome de uma pretensa sustentabilidade da base material de reprodução social do espaço urbano. Onde a multidão que existe na cidade de Belém e que em sua maior parte vive na grande periferia distante da metrópole – sem um conjunto de serviços e bens públicos básicos para sua dignidade enquanto cidadão do município de Belém – não pode mais usufruí-lo nos domingos de manhã ensolarados, característicos do clima do norte do país.

Uma vez que, segundo Villaça (2000), o espaço intra-urbano é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano na cidade, seja ele enquanto força de trabalho ou enquanto consumidor dos espaços intra-urbanos. Isso faz com que os deslocamentos das classes sociais menos favorecidas se desloquem para bairros centrais, tais como em Batista Campos, com enorme frequência, de acordo com os seus diversos e diferentes afazeres diários: estudar, trabalhar, passear, etc.

Por mais que esse projeto, formulado ainda na administração de Edmilson Rodrigues, não tenha sido aceito pela prefeitura do município de Belém as inúmeras revitalizações que o espaço público da praça de Batista Campos vem sofrendo, ao longo das inúmeras prefeituras da cidade, denotam não apenas a importância da praça para o conjunto da totalidade do espaço urbano da cidade de Belém mas, acima de tudo, demonstra claramente o caráter simbólico que Batista Campos possui para a retórica ambiental, que figura como componente da noção de sustentabilidade urbana.

## **XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**

### **“Caminando en una América Latina en transformación”**

#### **4 CONCLUSÃO**

Nesse contexto, o governo do estado do Pará nos últimos anos concentrando seus esforços na implantação de uma grande infra-estrutura, aliando eficiência e competitividade, com o objetivo de atração de investimentos de capitais para o estado, e, principalmente, para a capital Belém. Isso pode ser constatado em uma ordenação dos ambientes que o mais novo empreendimento do estado na capital – Hangar Centro de Convenções – que possui como corredor principal a avenida Duque de Caxias. Caso semelhante ocorreu em uma outra via pública – avenida Presidente Vargas - que teve seu espaço reordenado rigidamente o que implicou em um remanejamento das ambulantes que ali sobreviviam. Já no que se refere a uma tentativa de apropriação privada da praça de Batista Campos o que mais se constata é uma forte retórica ambiental aglutinadora social frente a paradoxal fragmentação que é proposta em suas medidas de melhorias socioambientais.

Os interesses em jogo, então, acabam por conflitar com os interesses da própria população que possui nos ambientes públicos um ponto de sobrevivência na diferença, dentro da multiplicidade de *rítmos* que estão presentes e que tem na cidade o *locus* de reprodução social dos ambientes múltiplos. Isso pode ser facilmente observado tanto nas operações de desobstrução dos ambientes próximos a vias importantes, tais como na avenida Presidente Vargas e Duque de Caxias como também em um importante espaço público da praça de Batista Campos.

Conclui-se, assim, tendo em vista os objetivos desse trabalho, observando que de acordo com as mais recentes políticas públicas implementadas pelo Estado, aqui entendido a prefeitura municipal de Belém e o governo do estado do Pará, por mais que sempre estivessem sob a legenda de partidos opostos, vêm se complementando em políticas que acabam por implementar uma pretensa rígida ordenação do espaço, via planejamento racional, com o intuito de melhor garantir o sucesso da economia em detrimento da fome e miséria existente dentro dos múltiplos ambientes que na metrópole de Belém coexiste e nela persistem.

## XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA

### “Caminando en una América Latina en transformación”

#### 5 REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, H. Vigiar e Unir – a agenda da sustentabilidade urbana. In.: *Revista VeraCidade*, Ano 2, n°2, Julho de 2007

\_\_\_\_\_. Desregulamentação, Contradições Espaciais e Sustentabilidade Urbana. In.: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.107, p.25-38, jul./dez. 2004

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 69-80.

GUIMARÃES, E. *Gestão ambiental das cidades e representações sociais: o caso do bairro de Batista Campos, em Belém (PA)*. Disponível em:  
<<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5908>> último acesso em 05 de fevereiro de 2008.

HARVEY, D. *O trabalho, o capital e o conflito de classe em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas*. In: Espaço e debates, n° 6, pp. 6-35, jun./set. 1982.

\_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, SP. 1992.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2001

PENSAVENTO, S. Muito além do Espaço: Por uma História Cultural do Urbano. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 8. n° 16, 1995. pp. 279-290

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996 a.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. 3ªed. São Paulo: Nobel, 1996 b.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001.